



A **RAIVA** É MAIS
MOBILIZADORA QUE O MEDO.
O MEDO É UTILIZADO COMO
ARGUMENTO RACIONAL, MAS A
RAIVA É O SENTIMENTO MOBILIZADO.
QUANDO ALGUÉM DIZ 'MATOU POUCO'
ISSO É EXPRESSÃO DA **RAIVA**.
SE A GENTE NÃO DEBELAR ESSE
MECANISMO DE INJEÇÃO DE **RAIVA**
NO DEBATE PÚBLICO, A GENTE NÃO VAI
CONSEGUIR FAZER UM DEBATE SÉRIO
SOBRE SEGURANÇA CIDADÃ.

DESCONTO NO CONTRACHEQUE

Atenção, professores! A prévia do contracheque está aparecendo com um desconto maior para a AdUFRJ. Não se trata de aumento da contribuição sindical. O valor está maior em função do desconto sobre o 13º salário dos filiados, como acontece todos os anos. Depois, a contribuição voltará ao normal.

ENTRADA DO CT É ASFALTADA, APÓS MESES DE RECLAMAÇÕES

> No CCS, os buracos permanecem e ameaçam segurança dos carros. Usuários afirmam que piorou o estado de conservação dos estacionamentos

KELVIN MELO E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

Após meses de muita reclamação, os motoristas que utilizam o maior estacionamento do Centro de Tecnologia receberam uma boa notícia esta semana. Os buracos localizados na alça de acesso pela avenida Horácio de Macedo foram fechados no dia 13, graças a uma parceria entre a Prefeitura Universitária, a Decania, a Coppe e a Petrobras. “É o projeto de teste de um asfalto que a Petrobras vai lançar. A Prefeitura cedeu as vias, a Coppe entrou com o projeto e a Petrobras, com o material”, disse o prefeito universitário Marcos Maldonado.

Os buracos da entrada do maior estacionamento do CT eram os que mais atormentavam os condutores. A professora Monique Robalo, do Instituto de Matemática, teve o veículo danificado no local. “Não vi o buraco e acabei quebrando o amortecedor do meu carro”, reclamou à reportagem, no início de outubro. “Nós já temos vários custos envolvidos no nosso ofício e essa situação gera mais prejuízo para nós”. O projeto, no entanto, não resolve tudo. Os buracos no interior do estacionamento ainda aguardam uma solução. O superintendente do Centro de Tecnologia, Agnaldo Fernandes, informou que uma firma ainda será contratada para cuidar desse serviço. “Estamos nos trâmites finais de contratação. Estamos buscando resolver o quanto antes”, diz.

“Nós já temos vários custos envolvidos no nosso ofício e essa situação gera mais prejuízo para nós”

MONIQUE ROBALO
Professora do Instituto de Matemática

CCS SEM SOLUÇÃO Já nos estacionamentos do Centro de Ciências da Saúde, a regra ainda é engatar a primeira marcha e dirigir bem devagarinho. A triste situação, que não é recente, está cada vez mais precária, afirmam os usuários ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ. O professor Rodrigo Tinoco Figueiredo é um deles. Vice-diretor do campus Caxias, frequenta o CCS desde o doutorado nos anos 2000 até hoje, em função das colaborações acadêmicas. “Tem piorado progressivamente. Já bati o fundo do carro por conta dos buracos. A UFRJ está muito mal cuidada”, diz. “Há um problema crônico de infraestrutura. Sei que o governo federal tem culpa. É preciso melhorar o orçamento, mas a universidade deveria buscar alternativas de receitas”, completa. Domenico Caponi, médico do Instituto de Doenças do Tórax há 44 anos e há 25 anos trabalhando no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, reforça. “Está horrível. Quando



ALÍVIO As crateras que desafiavam a destreza dos motoristas que acessam o CT foram fechadas



CRISE DA INFRAESTRUTURA da UFRJ já começa pelas vagas, no CCS

chove, tem uma cratera ali que você não sabe se vai afundar. É um absurdo total”, afirma, em referência ao acesso do estacionamento do CCS próximo ao Banco do Brasil. “No mínimo, há cinco anos lidamos com os buracos nesse estado”. Professora do Instituto de Química, Mônica Moreira com-

por hora para não furar o pneu”, diz. “E ainda tem um buraco gigante, perto do bloco K”. É preciso conhecer bem os caminhos para não ficar com o prejuízo. “A gente está acostumado e sabe por onde passar, mas quem não sabe...”, observa a professora Cristina Nassar, do Instituto de Biologia. Em uma comparação com estacionamentos de outras universidades que visita, a docente dispara: “Estamos no pior nível de todas”. Já o professor Pedro Pascutti, do Instituto de Biofísica, está na UFRJ desde 1998 e reforça o diagnóstico de que os espaços do Centro foram deteriorando com o tempo. Algo bem diferente do que o docente observa em outras instituições. “É outro padrão. Lá fora, as coisas são normais. A UFRJ é a maior e, talvez, a mais difícil de administrar”.

DECANIA RESPONDE Superintendente do Centro de Ciências da Saúde, a professora Anaíze Borges informa que está sendo feito um levantamento para fazer correções imediatas e emergenciais dos estacionamentos. “E seguimos na busca de recursos”, afirma.

Mais horas na graduação

> Consuni modificou regra de progressão ou promoção dos docentes: serão necessárias oito horas semanais dedicadas à graduação, em vez de quatro, para obter pontuação máxima da parte de ensino

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Para progressão na carreira, os professores deverão dedicar pelo menos oito horas semanais à graduação (ou ao nível básico, no caso do Colégio de Aplicação), se quiserem garantir a pontuação máxima na avaliação de suas atividades de ensino. Foi o que decidiu o Conselho Universitário do dia 13. A medida acrescenta mais quatro horas ao que determina a resolução ainda em vigor, datada de 2014.

Um dos proponentes da mudança foi o professor Carlos Riehl, do Instituto de Química. “Quando a gente coloca um mínimo de quatro horas na graduação, ele vira o máximo. Reforço que aqui tem que estar, no mínimo, oito horas”, disse.

Já a vice-diretora do Museu Nacional, a professora Andrea Ferreira da Costa defendeu que a resolução deveria acomodar a situação dos professores de unidades que não possuem graduação. “O Museu não possui graduação. Mas possui uma intensa atividade na iniciação científica. É a nossa contribuição à graduação. Esse fato faz parte da diversidade da universidade”.

No caso de unidades ou órgãos suplementares que não oferecem cursos de graduação, ficou definido que a avaliação irá considerar, neste item, uma carga horária de oito horas semanais de ensino, sendo pelo menos quatro horas na graduação ou nível básico.

Diretor do Instituto de Economia, Carlos Frederico Leão Rocha considerou a proposta razoável, mas avaliou que ficou um pouco exagerada. “Talvez tivesse sido melhor ficar com seis horas (dedicadas à graduação)”. O professor acredita que a mudança, mesmo com oito horas, não vai afastar professores da pós-graduação. “O texto não está proibindo as pessoas de dar disciplina na pós-graduação. Apenas está dizendo que não vão pontuar o máximo naquele quesito. Elas poderão compensar com outras atividades”.

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), o professor Bruno Lourenço Diaz projetou a situação dos colegas de unidades que, a exemplo do Museu Nacional, não oferecem cursos de graduação. “Não terão a nota máxima, mas o perfil definido para o Museu levará em conta as particularidades da Unidade e a pontuação possível de ser alcançada ainda será mais do que suficiente para aprovação



DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA docente é o tema que mobiliza o Conselho Universitário desde outubro

na progressão ou promoção”, afirmou. “Lembrando que a impossibilidade de zerar é para o grupo (de ensino) e não este aspecto específico de aula na graduação”, completou.

REITORIA DISCORDOU

A proposta aprovada venceu o texto apoiado pela reitoria e pela Comissão de Legislação e Normas do colegiado. A CLN defendia que os docentes dedicassem oito horas semanais ao ensino, sendo pelo menos quatro para a graduação.

“Após uma série de encontros entre a CPPD e a CLN, entendemos que a universidade tem uma pluralidade de fatores organizacionais, acadêmicos e de administração”, afirmou o professor Carlos Bolonha, presidente da CLN. “Entendemos que a proposta que aqui fazemos atende a esta pluralidade, observando a carga horária semanal de quatro horas no ensino de graduação”, completou.

Pró-reitor de pós-graduação e reitor em exercício no dia da reunião, o professor João Torres discordou da proposta das oito horas só na graduação, o que poderia prejudicar diferentes perfis docentes. “A universidade é um navio. Todo mundo tem que remar. Você rema dando aula na pós-graduação, na graduação, fazendo outras coisas”, observou.

AINDA NÃO ACABOU

O mínimo de horas na graduação para pontuação máxima no ensino foi a grande polêmica do Consuni do dia 13 que continuou o debate sobre a revisão das regras de promoção e progressão na carreira. O colegiado, que tem apreciado o tema desde outubro, avançou até o artigo 44 dos 68 da proposta de resolução. A discussão vai prosseguir na próxima sessão.

AULAS DE 2026 VÃO COMEÇAR EM 9 DE MARÇO

O Consuni do dia 13 também aprovou o calendário acadêmico do próximo ano.

GRADUAÇÃO PRIMEIRO PERÍODO

Cursos em geral: 9/março a 18/julho

Cursos da Faculdade de Medicina (Rio), Medicina e Enfermagem (Macaé): 23/fevereiro a 18/julho

Ingressantes: 9/março a 18/julho

SEGUNDO PERÍODO

Cursos em geral: 10/agosto a 19/dezembro

Cursos da Faculdade de Medicina (Rio), Medicina e Enfermagem (Macaé): 3/agosto a 19/dezembro

Ingressantes: 10/agosto a 19/dezembro

PERÍODO LETIVO ESPECIAL:

4/janeiro/2027 a 27/fevereiro/2027

COLÉGIO DE APLICAÇÃO PRIMEIRO PERÍODO:

19/fevereiro a 3/julho

SEGUNDO PERÍODO: 21/julho a 16/dezembro

PÓS-GRADUAÇÃO DOIS PERÍODO LETIVOS

(regime semestral)

Primeiro período: 9/março a 18/julho

Segundo período: 10/agosto a 19/dezembro

QUATRO PERÍODOS LETIVOS

(regime trimestral)

Primeiro período: 9/março a 13/junho

Segundo período: 22/junho a 12/setembro

Terceiro período: 21/setembro a 19 de dezembro

Quarto período:

4/janeiro/2027 a 27/fevereiro/2027

QUATRO PERÍODOS LETIVOS

(bimestral)

Primeiro período: 9/março a 23/maio

Segundo período: 1/junho a 18/julho

Terceiro período: 3/agosto a 10/outubro

Quarto período:

19/outubro a 19/dezembro

RESIDÊNCIAS PERÍODO LETIVO ÚNICO:

2/março/2026 a 26/fevereiro/2027



ESPECIALSEGURANÇA

ENTREVISTA | ALEXANDRE WERNECK, COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE CIDADANIA, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA DA UFRJ

‘É PRECISO FALAR O ÓBVIO: O BRASIL NÃO TEM PENA CAPITAL’

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Nesta semana, favelas da Zona Sudoeste da cidade foram alvos de operações policiais. Só que desta vez, sem corpos, sem feridos, sem intenso tiroteio, sem grande aparato policial. Cenário bem diferente de duas semanas atrás, quando a megaoperação policial dos complexos do Alemão e da Penha gerou a maior chacina do país.

Para entender o contraste entre as operações e a escalada do conflito urbano, o Jornal da AdUFRJ ouviu o professor Alexandre Werneck, coordenador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. Werneck foi orientando do professor Michel Misse, um dos maiores nomes em segurança pública do Brasil (falecido em agosto), e é herdeiro de seu legado intelectual. Werneck analisa, nesta entrevista, as relações entre crime e Estado e nos dá pistas sobre como a academia pode intervir no debate público sobre segurança.

■ **Jornal da AdUFRJ - O que leva uma operação ter a ação de uma só força policial, sem trocas de tiros e mortes; e outra contar com expressivo aparato e vasto número de mortes?**

● **Werneck** - Evidentemente, a gente está falando como observador externo e uma resposta do tipo “justificativa” para uma diferença entre uma operação e outra deveria vir do governo. Eles certamente terão argumentos supostamente técnicos. Falo “supostamente”, porque vários dos argumentos utilizados para o massacre do Alemão e da Penha foram também supostamente técnicos. Havia um discurso de responder a minúcias da ADPF para justificar a ação.

Há uma especificidade daquela operação do ponto de vista de seus objetivos. O resultado dela, sabemos: os mandados de prisão não foram cumpridos de fato, o grande manancial de corpos produzidos pela operação não foi responsável por uma neutralização do Comando Vermelho. Há certo consenso de que essa operação tinha muito mais o sentido de fazer uma declaração de força e de tentativa de deslocar o debate público do país para a discussão da segurança pública. O que está colocado é centrado não em soluções sociais, de segurança no sentido humanista, de gestão da cidadania. O que está posto é um projeto em favor de soluções econômicas, de investimento/ resultado.

E eu preciso falar o óbvio: o Brasil não conta em seu arcabouço jurídico com a pena capital. A eliminação definitiva de um sujeito, seja ele criminoso ou não, não pode ser o resultado ou o fim de uma operação. O Estado não pode fazer isso. Aquela operação parece ter sido pensada para ser um recado público. Acabar com o crime eliminando criminosos é ineficaz.

Repensar a própria ideia de segurança, garantindo cidadania, direitos, isso, sim, é política de segurança.

■ **Há uma aceitação social que permite execuções em certos pontos da cidade?**

● Certamente há uma aceitação social. Há um apelo à raiva que leva as pessoas a adesões simplistas. As pesquisas de etnografias e observações diretas nas favelas expressam esse tipo de apoio a essas medidas. A raiva é constantemente mobilizada.

Todas as pessoas têm medo de morrer, mas umas estão mais expostas a essa possibilidade do que outras. O que pauta a sensação de segurança de boa parte das pessoas é o medo de perder o celular, não um risco concreto de morte. Quem corre risco concreto de homicídio hoje é, prioritariamente, o morador de favela. O perigo propriamente existencial é circunscrito a determinadas parcelas



ARQUIVO PESSOAL

da população, enquanto o perigo patrimonial é circunscrito a outras. Isto no aspecto racional.

Do ponto de vista simbólico, isso é trabalhado de outra maneira. A raiva é mais mobilizadora que o medo. O medo é utilizado como argumento racional, mas a raiva é o sentimento efetivamente mobilizado. Quando alguém diz “matou pouco”, como vemos em redes sociais, isso é expressão da raiva. Se a gente não debelar esse mecanismo de injeção de raiva no debate público, a gente não vai conseguir fazer um debate sério sobre segurança cidadã.

■ **Muitos desses locais da Zona Sudoeste são de domínio da milícia ou de recente ocupação do CV. O senhor acredita que isso poderia explicar em parte essa ausência de letalidade e de conflito armado?**

● É possível. Evidentemente, há um conteúdo de especulação aqui, mas racionemos. Milícia não é um tipo específico de quadrilha. A milícia é uma forma de atuar. O modus operandi básico é que agentes do Estado, dotados de monopólio conferido pelo Estado de mobilização de força, privatizam esses dispositivos para cobrança por produtos e serviços. É diferente de uma facção encastelada numa região da cidade para venda de um produto, a droga. A milícia tradicionalmente é um dispositivo de exploração de monopólio de mercado. Esse modus operandi depende de policiais, bombeiros etc.

A relação escusa do Estado com o tráfico está no pagamento do “arrego” para evitar as operações policiais. Na milícia, a relação escusa se dá entre PM negociando com PM. É possível, portanto, que isso module as relações entre os territórios e as forças de Estado. Mas isso só o detalhamento das tomadas de decisão por parte das forças policiais é capaz de explicitar. O que a gente pode fazer é entender o contexto. De todo modo, mesmo não tendo havido mortes nas operações desta semana, o tipo de ação continua sendo imediatista.

■ **Nos seus 20 anos de pesquisas nes-**

ESPECIALSEGURANÇA



TOMAZ SILVA /AGÊNCIA BRASIL

ta área, o senhor percebe uma manutenção, melhora ou piora em relação aos conflitos urbanos e aos resultados de operações policiais? Há um “enxugar de gelo”?

● **Werneck** - Há duas questões em paralelo: a primeira delas é o problema do crime. A outra, é a solução imediatista, que é a violência de Estado. Do ponto de vista do crime, a gente vive uma espécie de sazonalidade ao sabor de inúmeros fatores que envolvem desde uma problemática fundamental de cidadania, até sabores eleitorais que se manifestam e a própria pauta da vida econômica do país. Momentos mais sérios de crise econômica produzem respostas diferentes. Esse é um pedaço da questão.

Agora, do ponto de vista da resposta do Estado, certamente piorou muito. Tanto piorou que a gente acabou de testemu-

nhar a maior chacina do país, secundada por outra chacina recente que já tinha sido a maior do estado, quando 28 pessoas foram mortas. A escalada aí é muito perigosa de resposta ao crime, mas também de mudança qualitativa. Há recusa de cidadania, de direitos humanos, recusa da nossa própria ordem social.

A gente evidentemente tem um problema de crime que precisa ser resolvido com solução de inteligência, mas também com solução de cidadania. O “enxugar gelo”, como você diz, não é apenas uma contingência de políticas de segurança ineficientes, tornou-se um elemento das políticas de segurança. Elas são concebidas para serem imediatistas, pontuais. A vida das pessoas se tornou massa de manobra para esse tipo de movimentação imediatista.

Evidentemente que o crime é um pro-

JOEDSON ALVES /AGÊNCIA BRASIL



TÂNIA RÉGO /AGÊNCIA BRASIL

blema concretamente experimentado, sobretudo pelas populações mais pobres, mas a classe média também experimenta o crime com seu celular furtado, com seu carro roubado etc. No entanto, a pauta nacional é mais ampla. A centralização dessa pauta apaga a capacidade de atenção das pessoas a outros problemas de igual ou maior monta.

■ **Como a academia pode intervir nesta realidade? Como convencer os gestores a trabalharem com evidências científicas no combate ao crime organizado?**

● Não é uma tarefa simples nem fácil. A gente vive um momento muito difícil de obscurantismo em relação ao conhecimento em geral. Não nos esqueçamos que viemos de um governo central contrário a políticas de saúde com base científica, antivacina. Esse mesmo governo central fazia um discurso, na figura de

seu ministro da Educação, afirmando serem as ciências humanas anedóticas, ‘antro’ de posições políticas e não científicas. Esse obscurantismo irresponsável ajudou a construir um certo campo de tomada de decisão não baseada em evidências científicas.

A academia, a universidade pública, tem um mandato de responsabilidade na produção de conhecimento qualificado. Se ela fizer o que tem que fazer, como já faz, já está produzindo esse serviço para embasar políticas públicas. A academia também é centro de ensino e extensão, de conversa com a sociedade. A divulgação científica é um espaço importante de circulação desse conhecimento científico de alto nível para a população em geral. As descobertas das ciências sociais também necessitam ser traduzidas para o público. Precisamos explicar os nossos achados e precisamos dos meios de comunicação dispostos a isso.

COP 30 debate o futuro entre críticas e esperanças

> Encontro de Belém debate soluções para conter o avanço das mudanças climáticas. Especialistas da UFRJ avaliam a eficácia dos acordos e a importância do evento para a preservação da Amazônia

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Uma boa dose de ceticismo e um grande desejo de mudança pairam sobre a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que começou no dia 10 e vai até 21 de novembro, em Belém. Se de um lado há desconfiança quanto ao cumprimento de metas de adaptação dos países aos efeitos do aquecimento global — os Estados Unidos, por exemplo, nem mandaram delegação a Belém —, por outro, há a expectativa de que o encontro avance em áreas como financiamento climático e transição energética.

A UFRJ tem intensa participação na conferência. No dia 11, pesquisadores da Coppe conduziram o seminário “Planejamento da Transição Energética Brasileira”, onde foi debatida a articulação de um fórum entre a academia, o setor produtivo e o governo para assegurar o acesso à energia segura, contínua e a custos competitivos.

Diretora da Coppe, a professora Suzana Kahn sustenta que a UFRJ tem grande contribuição a dar para mitigar as mudanças climáticas. “A Coppe já tem décadas de tradição em pesquisa e desenvolvimento na área de energia e tem sido muito demandada na migração para alternativas com menor pegada de carbono. São inúmeras as pesquisas em CCUS (carbon capture, use and storage), assim como em bioenergia, não só da Coppe, mas também de outras unidades da UFRJ”, diz ela.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Suzana ressalta que, apesar de a maior parte das emissões de gases de efeito estufa ser proveniente de mudança de uso do solo, há uma tendência de participação crescente das emissões do setor de energia. “As soluções de descarbonização a que a Coppe tem se dedicado não se limitam a uma geração de energia de baixo carbono, mas também a toda a cadeia energética desde a fonte primária de energia até o uso final”, diz ela.

A diretora da Coppe avalia que a COP 30 pode registrar avanços para além dos acordos: “Acho que se coloca uma expectativa muito elevada nas COPs, o que gera frustrações. O poder da COP é limitado, pois tomar decisões onde é obrigatório haver consenso entre mais de 100



BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

CULTURA Os saberes dos povos originários ganham espaço na COP 30: valorização das soluções da natureza no combate ao aquecimento

países com interesses absolutamente divergentes não é algo trivial. O que é importante são as direções dadas na COP, que funciona mais como condutor de mudanças, ainda que a velocidade das ações seja aquém do desejável”.

Também professora da Coppe, Andrea Santos segue a linha de otimismo. “A gente precisa nessa COP ter avanços na agenda do financiamento, precisamos de recursos para a redução de gases do efeito estufa, para a transição energética. Vale destacar a importância de ter uma COP na Amazônia, traz visibilidade para a floresta, para sua preservação e restauração. E impulsiona discussões sobre desenvolvimento sustentável. Belém é uma cidade com IDH baixo, com problemas sociais e ambientais, trazer isso ao debate é muito bom, assim como a contribuição dos povos originários e o papel vital da floresta amazônica no equilíbrio climático”, diz Andrea.

FINANCIAMENTO

Coordenador do Centro Clima da Coppe (Centro de Estudo Integrado Sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas), o professor Emilio La Rovere observa que o tema do financiamento é central para a COP 30. “O Centro Clima fez uma submissão à COP 30 para a transferência de capital do Hemisfério Norte para o Sul Global. É financiamento para estrutura de baixo

“**Para o Brasil, é importante termos marcos intermediários até zerar o uso dos combustíveis fósseis, se possível até 2050”**

EMILO LA ROVERE
Professor da Coppe/UFRJ

carbono, como transporte hidroviário, ferrovias, saneamento básico. São investimentos para a melhoria da qualidade de vida de nossa população”, diz o professor.

La Rovere foi signatário de uma carta endossada por mais de 250 entidades e especialistas ligados ao clima denunciando a influência de lobistas dos combustíveis fósseis nas negociações, o que tem prejudicado o avanço na redução de emissões. A carta registra que 2024 foi o ano mais quente da história, no qual o planeta ultrapassou o limite de 1,5°C de aquecimento global pela primeira vez.

“A carta tem um efeito muito

mais simbólico do que prático. A comunidade científica não pode deixar passar em branco uma interferência que nos parece indevida dos lobistas da indústria de combustíveis fósseis. A atuação desse lobby é muito conhecida no Brasil. Temos visto isso em nosso Congresso com o lobby dos proprietários de termelétricas a carvão com interesse de expandir seus negócios com o gás natural. E isso sem qualquer base técnica, com efeitos poluentes danosos, e a custos mais elevados no fornecimento de energia”, alerta o professor.

CRÍTICAS

Apesar de considerar que países como a Arábia Saudita têm interesse em adiar todas as metas para o fim do uso dos combustíveis fósseis, La Rovere acha que o início da COP 30 foi auspicioso. “Viemos de várias COPs sediadas em países produtores e exportadores de petróleo, como Azerbaijão, Egito e Emirados Árabes Unidos. O Brasil também é também produtor de petróleo, mas já tem uma matriz energética mais equilibrada. Hoje, 50% da energia consumida no Brasil vêm de fontes renováveis. Para o Brasil, é importante termos marcos intermediários até zerar o uso dos combustíveis fósseis, se possível até 2050”.

Professor titular do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem/UFRJ), do qual foi fundador, e coordenador-ge-

ral da Política de Sustentabilidade e Educação Regenerativa da UFRJ (SER/UFRJ), Francisco Esteves é crítico quanto ao cumprimento dos acordos firmados nos encontros globais do clima. “A COP 30 é um grande momento para a discussão da questão ambiental e para firmar acordos. Contudo, os acordos não são cumpridos. Se você analisar a emissão de gases ao longo das COPs vai ver que há um aumento crescente, exponencial. E mostrando que acordos, como o histórico de Paris em 2015, quando foram criados os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), não redundaram em nada”, avalia Esteves. “Cada vez mais a crise climática aumenta e os desastres continuam mais presentes e extremos”, completa.

Titular da cadeira de Ecologia do Instituto de Biologia, Fabio Scarano entende as críticas, mas acredita que a COP 30 pode deixar legados importantes. “As COPs são processos contínuos. Ainda que as metas nem sempre se cumpram, acho que elas formam opinião, aumentam a consciência das pessoas acerca dos riscos do aquecimento global”, diz Scarano. Ele também pontua a valorização dos saberes ancestrais na COP 30. “É preciso chamar a atenção para a importância da cultura no combate às mudanças climáticas. Há uma gigantesca lacuna nesse campo, isso não aparece nos acordos do clima, mas é fundamental”.



FOTOS: SILVANA SÁ

CANTEIRO A TODO VAPOR Obras de adequação para as turmas da Educação Infantil do CAP acontecem em espaço localizado ao lado do CCS (antigo polo Bio-Rio), no Fundão

CAP tem inscrições abertas até esta sexta, 14

> Escola recebe candidatos para o 1º, 4º e 6º anos do EF, além da 1ª série do EM. Educação Infantil oferta vagas na modalidade de cadastro de reserva para crianças de 2, 3 e 4 anos de idade

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Qualidade, acolhimento, compromisso social. Essas são algumas características que norteiam mães e pais na hora de escolher uma boa escola para seus filhos. O Colégio de Aplicação está entre as instituições de referência do Rio de Janeiro que atendem a esses requisitos. Fundado há 77 anos, o CAP-UFRJ é um modelo de escola que atua tanto na formação de professores, quanto na educação básica. Atende desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. “É um espaço que foi criado como campo de estágio para os cursos de Licenciatura da universidade. Trabalhamos não só com ensino, mas com pesquisa e extensão no campo da educação”, explica a diretora Cassandra Pontes. “O colégio dialoga com questões ético-políticas amplas, envolve a discussão de temas sociais e contemporâneos a partir não só do que é estudado, mas por sua produção de conhecimento”, afirma a diretora.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil não tem quantitativo de vagas definido porque o espaço que será destinado a essas turmas ainda está

em reformas. “A previsão de conclusão das obras no Fundão é março, por isso abrimos como cadastro de reserva. Precisamos dos espaços prontos para saber o número exato de vagas”, diz a diretora. “São crianças muito pequenas, que necessitam trocas de fraldas, banho. Não temos como recebê-las no CAP-Lagoa. O regular é termos 15 crianças por turma, mas só poderemos confirmar esse número depois que os espaços estiverem prontos”.

A antiga sede onde funcionava a Educação Infantil, no Fundão, foi interditada em 2023, após apresentar graves problemas estruturais que colocavam em risco a comunidade escolar. As crianças atendidas foram transferidas para a sede Lagoa, que não é preparado para com-

portar crianças tão pequenas. Desde então, o colégio parou de abrir novas vagas para a Educação Infantil, até que um novo local fosse preparado para este fim. As obras ocorrem em edificações da antiga Bio-Rio. “O contrato foi firmado para ser concluído em 210 dias. As obras começaram em 1º de setembro. Teremos reuniões nos próximos dias para ajustar o cronograma e garantir que seja entregue em março”, afirma o pró-reitor de Gestão e Governança, Fernando Peregrino. O contrato para a adequação do espaço é de R\$ 2,4 milhões.

Desde que adotou o modelo de ingresso exclusivamente por sorteio público, o CAP ampliou a variedade de grupos sociais atendidos pelo colégio. “É uma oportunidade de conviver com pessoas de diferentes territórios e classes sociais. Isso traz, sobretudo, construção cidadã”, afirma a diretora Cassandra Pontes. “A diversidade constrói novos saberes. Num contexto social em que as pessoas têm ficado cada vez mais fixadas em perspectivas homogeneizadas, o diálogo com a diferença possibilita uma formação com construção de um pensamento mais flexível”.

DIVERSIDADE E DEMOCRACIA

A crise orçamentária da UFRJ atinge em cheio a estrutura do colégio, na Lagoa, cujo muro caiu em junho. Isso, no entanto, não afastou as famílias. João Laet é um exemplo. Seu filho João Miguel está matriculado desde 2016, quando tinha apenas oito meses de idade, época em que a Escola de Educação Infantil ainda não era vinculada ao CAP. A integração das escolas aconteceu em 2019.

“O CAP é uma escola com problemas estruturais graves. Porém, tem um corpo docente de excelência. É um verdadeiro laboratório de aperfeiçoamento do ensino da UFRJ”, destaca o pai orgulhoso. “Além disso, meu filho estuda com alunos de di-

versos cantos do Rio de Janeiro. Convive com uma diversidade racial, social e cultural muito intensa”, afirma. “Nesse sentido, ele tem uma formação muito mais ampla do que teria se estivesse numa escola particular”, acredita o pai. “Sou muito feliz de meu filho estudar nessa escola”, acrescenta.

A democracia é outra vertente importante para a organização escolar. “A gente tem um Conselho Diretor que tem representantes das famílias, dos estudantes, dos técnico-administrativos em educação e dos professores”, conta a diretora. “A potência de uma escola é a democracia, que passa pelos desafios dos tensionamentos do dia a dia. Isso é formativo”, defende a diretora.



ANTIGA SEDE Ensinos Fundamental e Médio continuarão na Lagoa



VEM AÍ A
COLÔNIA
DE

FÉRIAS

DA ADUFRJ . JANEIRO 2026.

.Data:

de 12 a 16/01 e de 19 a 23/01

.Idade:

de 5 a 16 anos

.Local:

Clube dos Funcionários da
Petrobras (CEPE- Fundão)



Acesse
aqui
a ficha de
inscrição



AdUFRJ

MAIORES INFORMAÇÕES: www.adufrj.org.br

Caso a quantidade de inscrições exceda a capacidade do clube, adotaremos critérios de prioridade: primeiro, filhos de professores; em seguida netos, sobrinhos e demais dependentes.